

# Plano de Gestão Territorial Integrada

Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Jordão, Kaxinawá  
do Baixo Rio Jordão, Kaxinawá do Seringal  
Independência e Reserva Extrativista do Alto  
Tarauacá



2026-2030

*Realização:*

*Comissão Pró-Índígenas do Acre*

*Associação Huni Kuñ Daya*

*Associação dos Huni Kuñ do Alto Rio Jordão (AHLARJ)*

*Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Seringal Independência (ASKARJ)*

*Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Tarauacá (ASAREAT)*

CPI-Acre:

Coordenação Executiva: Vera Olinda

Programa de Gestão Territorial e Ambiental:

Coordenação: Elke Lima

Assessoria Técnica: Gisele Bezerra, Mayara Diógenes, Felipe Araujo

Setor de Geoprocessamento:

Coordenação: Branca Medina

Assessoria Técnica: José Frank, Raiene Almada

Programa de Políticas Públicas e Articulação Regional:

Coordenação: Aldalucia Ferreira

Assessoria Técnica: Maria Luiza Uchoa, Gleyson Teixeira, Cristina Kaxinawá

Elaboração: Felipe Araujo e Branca Medina

Apoio: Rainforest Foundation Norway

## Sumário:

Apresentação.....	4
Introdução.....	6
Capítulo 1: Localização, demografia e caracterização do território integrado.....	9
Capítulo 2: Fundamentos da Gestão Integrada e o território compartilhado no Jordão.....	12
Capítulo 3: Segurança Alimentar.....	15
Capítulo 4: Adaptação a Eventos Climáticos Extremos.....	18
Capítulo 5: Monitoramento Territorial.....	23
Capítulo 6: Saneamento Básico e Acesso a Água.....	26
Capítulo 7: Mobilização Política.....	29
Capítulo Final: Implementação, Acompanhamento e Atualização do Plano.....	31

## Lista de Mapas

Mapa 1: Núcleos territoriais de gestão integrada – Tarauacá e Jordão.....	9
Mapa 2: Fronteira Acre- Ucayali -Madre de Dios.....	11

## Lista de Imagens

Imagem 1: Levantamento de espécies e sementes perdidas ou com quantidade reduzida na alagação de 2024 no Baixo Jordão durante 1ª Oficina de 2025.....	16
Imagem 2- Representação da alagação da aldeia elaborado por Janio Mateus Pereira Kaxinawá durante 1ª Oficina de 2025.....	20
Imagem 3: Trabalho do grupo do médio Jordão sobre impactos dos eventos extremos nas aldeias durante 1ª Oficina de 2025.....	22
Imagem 4: Mapa mental da alagação na aldeia Astro Luminoso, feito pelo AAFI Lindomar Rodrigues durante a 1ª Oficina de 2025.....	23
Imagem 5: Atividade em grupo durante a 1ª Oficina de 2025. Resgate de discussões sobre temas de Gestão Territorial Integrada.....	24
Imagem 6: Acesso à água e sobrecarga feminina. 1ª Oficina de 2025.....	26

## Lista de Fotografias

Foto 1: Participantes indígenas da Oficina trabalham em grupo. (Autor: Felipe Araujo, janeiro-fevereiro de 2025).....	12
Foto 2: Apresentação do levantamento nas comunidades Boa Vista e Massapê. (Autora: Branca Medina, janeiro-fevereiro de 2025).....	14
Foto 3: Cleudemir (Resex) visita plantio agroflorestal de Wanderlon Shane Huni, aldeia Morada Nova. (Autor: Felipe Araujo, novembro-dezembro de 2025).....	15
Foto 4: Participantes da 1ª Oficina de 2025 gravam o caminho desde o Centro de Memória até o plantio agroflorestal de Raimundo Paulo Ixã com Avenza Maps. (Autor: Felipe Araujo).....	18
Foto 5: Análise dos mapas de Plantios Agroflorestais durante 1ª Oficina de 2025. (Auto: Felipe Araujo, janeiro-fevereiro de 2025).....	25

# Apresentação

## *A Aliança dos Povos da Floresta no Jordão*

Este Plano de Gestão Territorial Integrada entre as Terras Indígenas Huni Kuĩ do Jordão e a Reserva Extrativista do Alto Tarauacá é fruto da Aliança dos Povos da Floresta. Nós, Huni Kuĩ e moradores da Reserva, estamos conectados com esta força histórica, que é uma aliança entre indígenas de diversos povos e populações tradicionais que têm uma casa comum: a floresta. Sempre cuidamos de nossa floresta. Mesmos nos tempos da exploração pelos patrões, no tempo da seringa, nós mantivemos uma relação diferenciada com a floresta, que é a nossa morada. Neste sentido, somos aliados há muito tempo.

Quando falamos da Aliança dos Povos da Floresta, estamos nos referindo a um momento histórico em que unimos nossas forças para enfrentar o avanço do desmatamento e da pecuária no Acre e no Sul do Amazonas. Isto foi na década de 1980. Havia conflitos fundiários intensos, com assassinato de lideranças indígenas e seringueiros. Houve lideranças que ficaram conhecidas mundialmente, como Chico Mendes e Ailton Krenak, respectivamente líderes seringueiro e indígena, que foram importantes organizadores desta Aliança. Os povos indígenas do Acre contribuíram com braços fortes nesta Aliança, com lideranças da União das Nações Indígenas do Acre e do Sul do Amazonas (UNI) dando as mãos ao movimento dos seringueiros.

A Aliança dos Povos da Floresta é uma convergência entre o movimento sindical extrativista e o movimento indígena organizado. Sua força reverberou na demarcação de diversas Terras Indígenas nas décadas de 1980 e 1990, bem como na criação das Reservas Extrativistas a partir da década de 1990, em toda a Amazônia. Ela estava presente no processo de redemocratização do Brasil, em 1988, e ecoa até as gerações atuais de indígenas e moradores de Resex.

Aqui na região do Alto Tarauacá e Jordão nós também temos a nossa história e nossos velhos guerreiros e guerreiras que lutaram pela terra. Velho Suero e Getúlio Sales foram duas lideranças Huni Kuĩ que lutaram muita pelas nossas terras, ao lado do Txai Terri, um dos fundadores da Comissão Pró-Indígenas do Acre em 1979. A Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão foi a primeira área protegida de todas as áreas desta gestão integrada, declarada em 1984 e homologada em 1994. Naquele período nós, indígenas e não-indígenas, tivemos que nos entender para que este território fosse deixado somente para os Huni Kuĩ. Aprendemos a conversar sobre território. Depois vieram as outras

Terras Indígenas e a Reserva Extrativistas entre 2000 e 2001, após muito trabalho técnico e diálogo político entre as lideranças locais e o governo.

Neste sentido este Plano dá continuidade a um processo histórico que remonta à década de 1980. Naquele momento a luta era por território. Hoje os desafios remontam à adaptação a eventos climáticos extremos, segurança alimentar, pressões e ameaças aos territórios conquistados e mobilização política para acesso a direitos garantidos em educação, saúde e saneamento básico. Esta continuidade é prática, por isso este Plano prevê atividades concretas em seus acordos.

# Introdução

## *O que é o Plano de Gestão Territorial Integrada*

Esse Plano é um espaço de encontro entre povos e territórios, onde há o reconhecimento de que há necessidade de ações coordenadas para o enfrentamento de desafios comuns. A adaptação a eventos climáticos extremos, segurança alimentar, pressões e ameaças aos territórios conquistados e mobilização política para acesso a direitos garantidos em educação, saúde e saneamento básico são os principais desafios que só podem ser efetivamente resolvidos através desta Aliança. Esse Plano é um arranjo de governança compartilhada entre os territórios e apresenta ferramentas para esta gestão integrada.

Nele você vai encontrar as nossas pactuações sobre o monitoramento conjunto dos territórios, com a finalidade de produzir informações qualificadas para parceiros institucionais e órgãos competentes em relação à invasões para caçada, retirada de madeira entre outras pressões territoriais. Você vai encontrar pactuações sobre intercâmbio de sementes e fortalecimento de cadeias produtivas, no âmbito da segurança alimentar. Encontrará também combinados para ações em adaptação às mudanças climáticas, entre outros pactos.

Não será fácil executar estas atividades. Por isso esse plano prevê um período específico para elas: 2026 a 2030. Desta forma teremos controle da execução do Plano. Para tanto vamos entrelaçar as pactuações entre lideranças e a mediação com órgãos públicos.

## *Histórico da construção do Plano*

Desde 2018 intensificamos nossos esforços na direção da criação de um Plano de Gestão Territorial Integrada entre as Três Terras Indígenas Huni Kuĩ do Jordão e a Resex do Alto Tarauacá. Em novembro de 2018, representantes de 38 aldeias e 15 moradores da Resex, reunidos com instituições parceiras na sede municipal do Jordão, identificaram problemas comuns: escassez de peixe e caça devido a práticas predatórias e invasões, retirada ilegal de madeira, biopirataria, ausência de sinalização dos limites e fragilidades na

gestão de resíduos. Naquele momento foram propostas a criação de um conselho de gestão integrada, instrumentos como etnomapeamento e planos de manejo, educação ambiental, intercâmbios e ações de vigilância.

Em novembro de 2019 foi realizada uma oficina também na sede municipal do Jordão com a participação de 19 indígenas das Terras Indígenas do Jordão, 11 comunitários da Resex e representantes da Funai, CPI-Acre e da Secretaria de Agricultura e Sustentabilidade do Município do Jordão. Os acordos foram revisados, priorizando monitoramento conjunto, controle de práticas ilegais e implantação de bases de vigilância. Entre 2022 e 2023 ocorreram rodas de conversa e oficinas para diagnóstico situacional da Resex, curso em políticas públicas e planejamento do modelo de gestão integrada.

Em novembro de 2024 passamos a realizar oficinas nos territórios. Naquele mês, foram realizadas oficinas nas comunidades Alagoas, Jaminawá e Duas Nações – todas situadas na Resex Alto Tarauacá. As oficinas contaram com o apoio e mediação da Comissão Pró-Indígenas do Acre e da SOS Amazônia. Nelas discutiu-se a mobilização política, produção sustentável, viveiros, intercâmbios e integração da juventude indígena e moradores da Resex. Essas três oficinas contaram com a participação de 11 indígenas Huni Kuĩ, e presença média de 25 participantes por comunidade.

As duas Oficinas de Gestão Territorial Integrada do ano de 2025 foram realizadas na aldeia São Joaquim, Terra Indígena Kaxinawá do Baixo Rio Jordão. A primeira, entre 27/01 e 05/02, se centrou no compartilhamento de experiências sobre eventos climáticos extremos e segurança alimentar. Foram realizadas análises de mapas de sistemas agroflorestais e mensuração de áreas afetadas pelas enchentes de 2024 e 2023. A segunda oficina, entre 27/11 e 02/12, avançou para a construção do Plano de Gestão Territorial Integrada, estruturado em segurança alimentar, monitoramento territorial, saneamento e mobilização política, incluindo intercâmbios de sementes, formação em geotecnologias e fortalecimento do Conselho Gestor da Resex.

A primeira oficina contou com 60 participantes, sendo 50 indígenas Huni Kuĩ e 10 moradores da Resex. Estiveram representadas 25 aldeias das Terras Indígenas e três comunidades da Resex, com predominância masculina (50 homens e 10 mulheres). A segunda oficina reuniu aproximadamente 70 participantes, representando 33 aldeias das três Terras Indígenas e duas comunidades da Resex. Participaram 38 Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI), entre formados, em atuação e em diferentes estágios de formação, além de vice-presidentes de associações, professores, jovens comunicadores, equipes de monitoramento e estudantes. A participação feminina foi estimada em cerca de 10 mulheres.

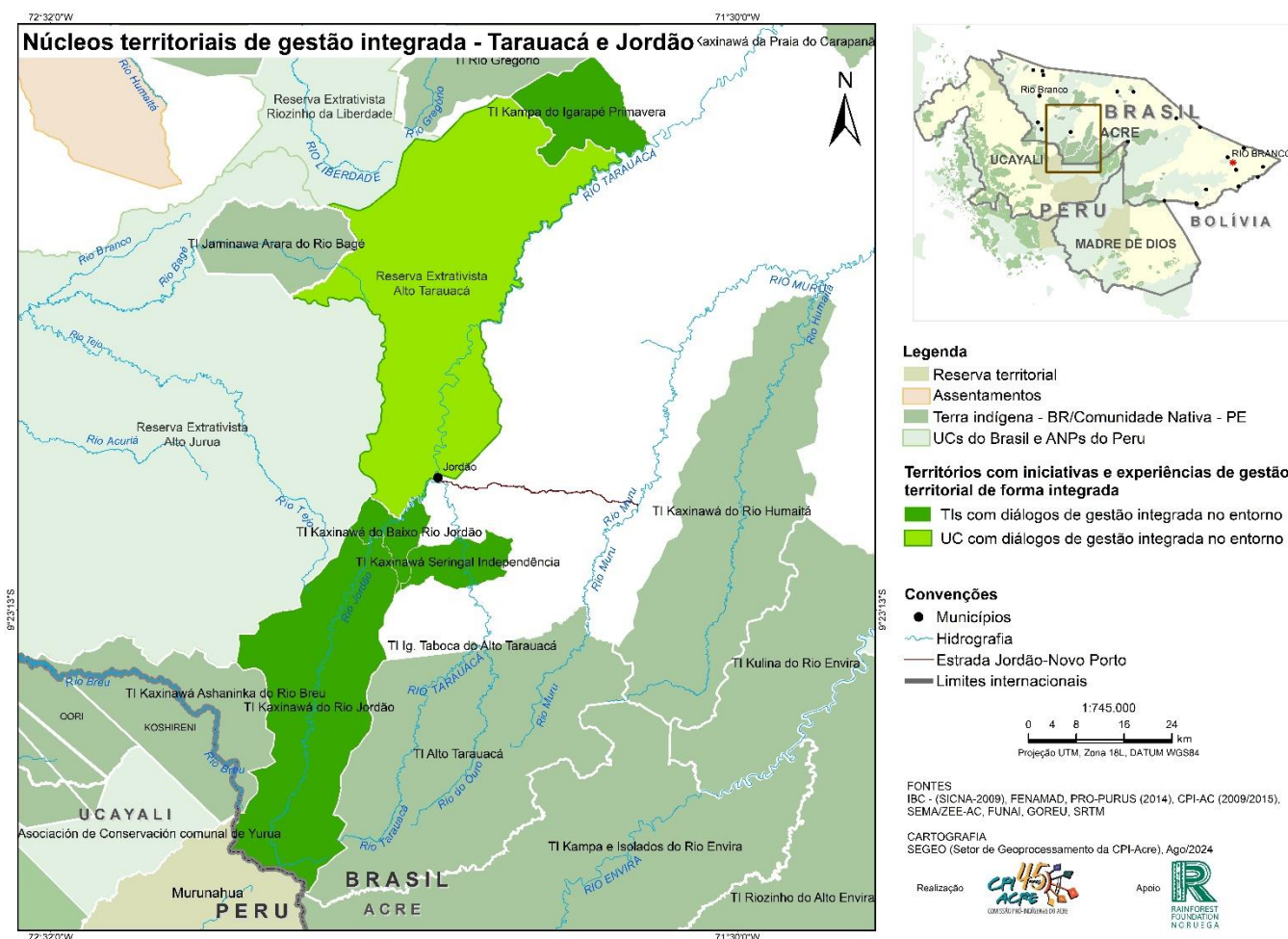
Compreendemos que é mais produtivo fortalecer o Conselho Gestor da Resex com a participação indígena, ao invés de criarmos uma nova instância de governança, que seria um Conselho de Gestão Integrada. Todas as ações pactuadas neste Plano serão acompanhadas através deste Conselho e com a participação das associações indígenas Huni Kuĩ Daya, AHARJ (Associação dos Huni Kuĩ do Alto Rio Jordão) e também da ASAREAT (Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Tarauacá).

Este documento é fruto deste esforço.

# Capítulo 1: Localização, demografia e caracterização do território integrado

As três Terras Indígenas Huni Kuĩ do Jordão e a Resex do Alto Tarauacá, enquanto um núcleo de gestão integrada, somam 2.588,02 km<sup>2</sup>:

- Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão: 87.293 hectares (872,93 km<sup>2</sup>)
- Terra Indígena Kaxinawá do Baixo Rio Jordão: 8.726 hectares (87,26 km<sup>2</sup>)
- Terra Indígena Kaxinawá do Seringal Independência: 11.584 hectares (115,84 km<sup>2</sup>)
- Reserva Extrativista do Alto Tarauacá: 151.199 hectares (1.511,99 km<sup>2</sup>)



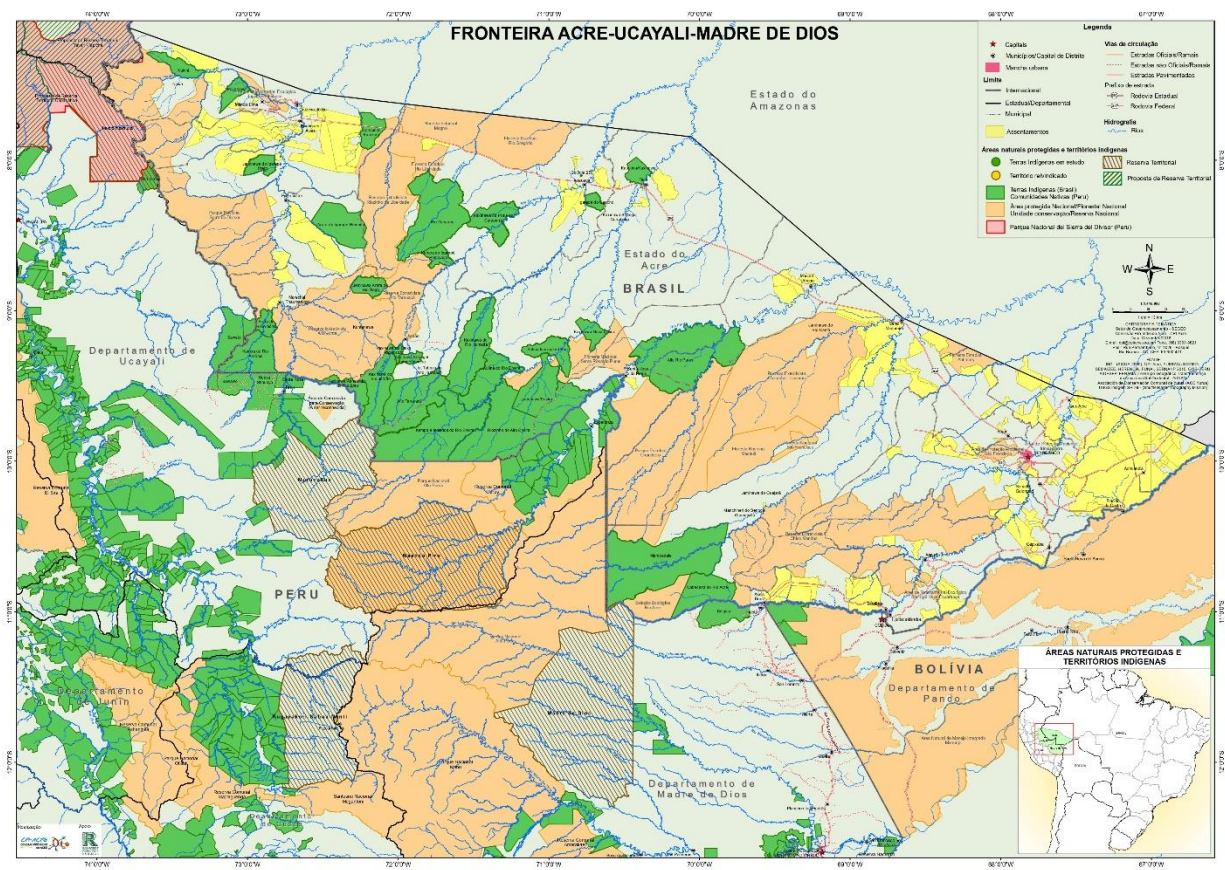
Mapa 1: Núcleos territoriais de gestão integrada – Tarauacá e Jordão

Este núcleo situa-se no alto curso do Rio Tarauacá e engloba todo o curso do Rio Jordão, como pode ser visto no mapa. É uma área contínua de floresta vigorosamente preservada. A população Huni Kuĩ (Kaxinawá) no município de Jordão, considerando as

três Terras Indígenas localizadas em seu território — Kaxinawá do Rio Jordão, Kaxinawá do Baixo Rio Jordão e Kaxinawá do Seringal Independência — soma 3.164 pessoas (IBGE 2022). Desse total, 2.220 pessoas vivem na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão, 554 na Terra Indígena Kaxinawá do Baixo Rio Jordão e 390 na Terra Indígena Kaxinawá do Seringal Independência. Na Reserva Extrativista do Alto Tarauacá residem 320 famílias (ICMBio 2026).

Este núcleo se insere em um bloco de áreas protegidas localizadas na bacia hidrográfica do Rio Juruá e seu interflúvio com o Rio Purus. Neste contexto, soma-se aproximadamente 3.108.837 hectares (31.088,37 km<sup>2</sup>), incluindo-se Terras Indígenas com presença de indígenas em isolamento voluntário, como a Terra Indígena Alto Tarauacá (142.600 hectares), Terras Indígenas com a presença de povos Aruaque, como as Terra Indígenas Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu (31.277 hectares) e Kampa do Rio Amônia (87.205 hectares) bem como outras duas Reservas Extrativistas: Resex do Alto Juruá (506.186 hectares), Resex Riozinho da Liberdade (325.000 hectares). Este bloco é composto também pelo Parque Nacional da Serra do Divisor (843.012 hectares), tornando-o ainda mais complexo a nível socioambiental. Estas áreas protegidas dispõem-se em afluentes de maior e menor vazão do alto curso do Rio Juruá. Há um contínuo entre as sub-bacias hidrográficas dos Rios Breu, Gregório, Humaitá, Envira e Tarauacá, no qual populações tradicionais e povos indígenas Pano e Aruaque (como Huni Kuĩ, Yawanawa e Ashaninka) convivem e compartilham a floresta.

Este bloco, por sua vez, integra um mosaico de áreas protegidas no sudoeste amazônico. Este é um dos mais extensos e contínuos mosaicos da Pan-Amazônia, articulando territórios indígenas e unidades de conservação do Estado do Acre (Brasil) com áreas naturais protegidas do Peru e da Bolívia. Trata-se de um sistema trinacional que estrutura a conectividade ecológica entre as bacias do Juruá, Purus e Acre–Abunã, consolidando um corredor socioambiental estratégico para a conservação da biodiversidade, a estabilidade climática regional e nossa reprodução física e cultural. Este mosaico se forma através da contiguidade de aproximadamente 71 mil km<sup>2</sup> de áreas protegidas.



Mapa 2: Fronteira Acre- Ucayali -Madre de Dios

Como se pode ver, juntos somos mais fortes, pois a gestão territorial integrada que faremos de nosso território de 2.588,02 km<sup>2</sup> dialoga com um contexto ainda mais amplo e desafiador.

## Capítulo 2: Fundamentos da Gestão Territorial Integrada e o Território Compartilhado no Jordão



Foto 1: Participantes indígenas da Oficina trabalham em grupo. (Autor: Felipe Araujo, janeiro-fevereiro de 2025)

Nossa gestão territorial integrada se fundamenta em um uso tradicional do território que é comum aos Huni Kuĩ e aos moradores da Resex. Temos diferenças em nossos modos de vida, e essas diferenças são a principal força de nossa Aliança. Ao mesmo tempo, enfrentamos desafios semelhantes nos campos da adaptação aos eventos climáticos extremos, da segurança alimentar, pressões territoriais, mobilização política para o alcance de direitos relativos à educação e saúde, bem como acesso a saneamento básico.

Nós compartilhamos muito dos conhecimentos relativos à floresta, à agricultura, à caça, à pesca e, em menor medida, à criação de animais. Enquanto os Huni Kuĩ possuem mais variedades de diversas sementes, os moradores da Resex têm o costume de plantar em maior quantidade. Um exemplo emblemático são as variedades de milho: enquanto os Huni Kuĩ possuem mais de dez tipos, os moradores da Resex cultivam apenas um. Por outro lado, têm o hábito de plantar em maiores quantidades, o que permite canalizar parte da produção para o mercado do Jordão e assim gerar renda. Faremos dessa diferença

nossa fortaleza, através de intercâmbios de sementes, técnicas de cultivo e criação de animais.

Nós sofremos com as mesmas enchentes e secas, eventos climáticos extremos. Por isso as estratégias de adaptação tendem a ser semelhantes, como por exemplo a realocação das áreas de moradia e cultivo para distante das margens do rio, perto de olhos d'água.

As invasões para caçada com cachorro, retirada de madeira e instalação de pasto são, igualmente, uma preocupação conjunta, e iremos promover ações de monitoramento conjunto de nosso território para coibir estas ações e municiar os órgãos competentes e instituições parceiras com informações qualificadas.

O saneamento básico continua sendo um desafio para nossas aldeias indígenas e comunidades da Resex. Seja o acesso a água, seja o tratamento adequado de resíduos sólidos, sabemos que temos direitos e que, através da mobilização política, temos condições de fazer valer os.

Temos consciência das profundas diferenças estruturais de governança entre Terras Indígenas e Reservas Extrativistas. Para transformar estas diferenças em complementariedade decidimos neste Plano fortalecer o Conselho Gestor da Reserva Extrativista do Alto Tarauacá. Visamos fortalecer os conselheiros representantes das comunidades e tornar mais forte a presença das associações Huni Kuĩ Daya e AHARJ (Associação dos Huni Kuĩ do Alto Rio Jordão) neste Conselho. Acreditamos que desta maneira haverá um espaço de governança que poderá acompanhar e apoiar ações estruturantes de gestão territorial integrada.



Foto 2: Apresentação do levantamento nas comunidades Boa Vista e Massapê. (Autora: Branca Medina, janeiro-fevereiro de 2025)

## Capítulo 3: Segurança Alimentar



Foto 3: Cleudemir (Resex) visita plantio agroflorestal de Wanderlon Shane Huni, aldeia Morada Nova. (Autor: Felipe Araujo, novembro-dezembro de 2025)

*Algumas frutas dão duas vezes por ano... É importante fazer um planejamento para iniciar um SAF. Quando a gente foi para a Resex eu trouxe 300 mudas de açaí.*

**Wanderlon Pinheiro Shane Huni, AAFI da aldeia Morada Nova**

*Nós da Resex podemos fazer até 10 mil mudas de açaí para disponibilizar para a Terra Indígena. Queremos ajudar a Terra Indígena e queremos ser ajudados. A alagação, por um lado, adubou as praias.*

**Antônia Lucileide, professora, comunidade Massapê**

A segurança alimentar é um dos eixos da gestão territorial integrada. Nesta Aliança há uma relação direta entre autodeterminação do povo Huni Kuĩ e dos moradores da Resex e a segurança alimentar. Os Agentes Agroflorestais Indígenas vêm realizando um trabalho de diversificação e intensificação da produção sustentável de alimentos nas Terras Indígenas através da implementação de plantios agroflorestais. Esta é uma experiência de mais de vinte anos que vêm rendendo cada vez mais segurança alimentar. Porém as enchentes de 2024 e 2023 evidenciaram sua fragilidade: muitos plantios agroflorestais e roçados estão localizados em áreas de várzea e beiras do rio, o que faz

com que fiquem vulneráveis a enchentes. Houve perdas generalizadas tanto nas Terras Indígenas quanto na Resex de roçados, áreas de moradia, criação de animais (galinhas principalmente), equipamentos e diversidade de sementes. A produção agroflorestal deve ser feita como estratégia para fortalecer a mata ciliar em locais onde foram abertos roçados e áreas de moradia. Mas o roçado e os plantios agroflorestais destinados a produção de alimentos devem ser colocados longe da beira do rio.

Nas Oficinas realizadas na Aldeia São Joaquim em 2025 fizemos um levantamento sistematizado das espécies e sementes perdidas ou reduzidas pelas enchentes de 2023 e 2024. Muitas aldeias e comunidades perderam muitas plantas. Mas percebemos também que somos fortes, pois temos, juntos, uma ampla variedade de cultivos como mundubim, macaxeira, banana, milho, feijão, entre outras, além de espécies florestais frutíferas também cultivadas em roçados como pupunha e açaí. Para nos fortalecermos, trocaremos espécies e sementes constantemente. Dessa forma, quando houver uma enchente, poderemos nos ajudar a recuperar as diversidades perdidas pelas aldeias indígenas e comunidades da Resex.

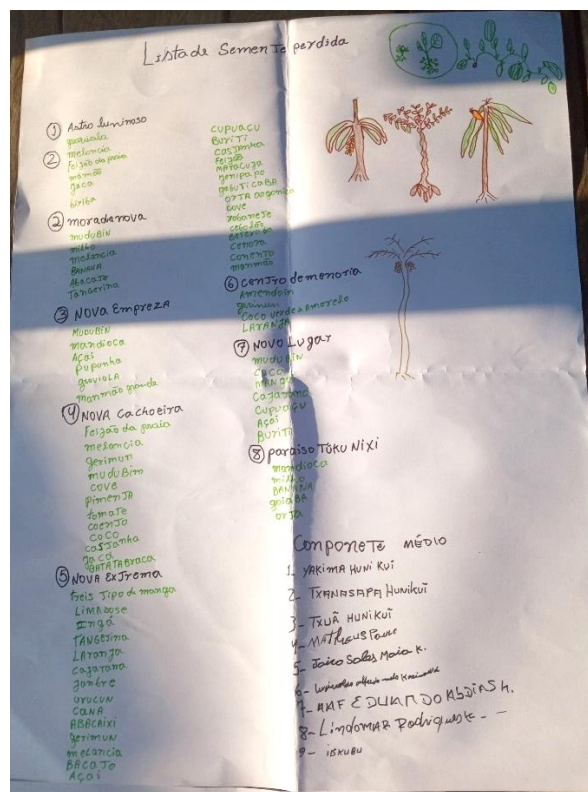


Imagem 1: Levantamento de espécies e sementes perdidas ou com quantidade reduzida na alagação de 2024 no Baixo Jordão durante 1ª Oficina de 2025.

**Ações pactuadas:**

## **Diversidade de cultivares**

- Intercâmbio de sementes, mudas e técnicas de plantio na aldeia Morada Nova (Kaxinawá do Baixo Rio Jordão) com comunitários da Resex.

Mediação: CPI-Acre

Anfitrião: Vanderlon Shane Huni

## **Avicultura**

- Oficina de técnicas de avicultura na Comunidade Boa Vista (Resex do Alto Tarauacá)

Mediação: CPI-Acre

Anfitrião: Nêgo Brás

## **Piscicultura**

- Oficina de construção de açude e manejo de alevinos na aldeia Nova Fortaleza

Mediação: CPI-Acre

Anfitrião: Antônio Domingos Kãa

- Implantação de açudes das Terras Indígenas e Resex

-> Mapeamento de nascentes

-> Articulação com o ICMBio para a construção de barragens em cursos d'água na Resex

## **Manejo de quelônios**

- Oficina de manejo de quelônios na Resex, local a definir: Boa Vista, Alagoas ou Revisão
- Prática de repovoamento nas aldeias Altamira e Lago Lindo (Seringal Independência)

## **Melíponas**

- Oficina de Melíponas.

## Capítulo 4: Adaptação a Eventos Climáticos Extremos



Foto 4: Participantes da 1ª Oficina de 2025 gravam o caminho desde o Centro de Memória até o plantio agroflorestal de Raimundo Paulo Ixã com Avenza Maps. (Autor: Felipe Araujo)

*Em 2024 as alagações acabaram com roçados. Enterraram as plantas nos roçados da praia. Muita gente perdeu tudo. Porém, onde tem mata ciliar a alagação não afeta tanto. Já os roçados de takanawa, isto é, na beira dos rios, são muito afetados.*

**Nivaldo Kaxinawá , AAFI, aldeia Novo Segredo**

*“Levou a minha casa com material, e cobriu tudo na casa de farinha com motor. Levou meu barco, molhou tudo, minha roça, matou quase todas minhas galinhas que eu tinha recebido do projeto da CPI; já tinha 14 e escapou só 2. Depois, todo poço secou, o rio seco, muito seco, e peixe morrendo. E eu nunca tinha visto isso durante da minha vida.”*

**José Rodrigues Kaxinawá, AAFI, aldeia Flor da Floresta**

*“O ano passado nós perdemos nosso legumes, mandioca, banana, mundubim, milho; o nosso motor, motosserra, e o barco também. A água levou também, pato, galinha e porco, nós perdemos muito. Foram embora 2 casas de alumínio, e 11 de palha também. É essa aí que é nossa preocupação junto com nossa comunidade. Por isso que nós estamos mudando de terra, algo que o nosso AAFI e liderança escolheu para mudar pra lá. Aí por isso que levei esse acompanhamento.”*

**Jânio Mateus Pereira Kaxinawá, estudante, aldeia Boa Esperança**

*“ Vou contar a história da enchente (de fevereiro/ março de 2024). Quando cheguei em 2014 eu não sabia que a água passava por cima no tempo das chuvas. Comecei com feijão, macaxeira, manga, açai,*

*cacau, beribá. Em 2015 comecei a plantar as mudas com os alunos da escola. Foi naquele ano que deu a primeira alagação. Eu pensei: não está dando. Quando foi em 2024 cobriu tudo. Perdi metade do meu SAF, minha casa, meus galinheiros, minhas ferramentas, lixadeira, motosserra, os kits da CPI-Acre. Valença que o pessoal me resgatou de barco. Agora eu mudei minha casa para terra firme. Morreu coco, abacate... tudo o que não gosta de água. Apodreceu o cupuaçu com três dias debaixo d'água. A água levou também duzentas mudas de pupunha e açai. O aguano, o cedro e o balseiro 'quentaram firme, que eu trouxe do intercâmbio na Apitxá. Agora estou abrindo um SAF na terra firme. Estou plantando mudas de banana do último ponto onde veio a alagação até para longe."*

**Raimundo Paulo Ixã, AAFI, aldeia São Joaquim**

*Importante utilizar esta ferramenta [aplicativo Avenza, geotecnologia] para mediar a distância da casa dos alunos para as escolas da Resex. Alguns alunos percorrem até 3 horas de viagem para chegar até a escola.*

*A alagação no Jordão foi forte. Mas na Resex foi ainda pior: para lá tem mais igarapés, e o rio é maior. Famílias da Resex perderam tudo também.*

*[Na estiagem] Enfrentei este ano que passou a gente tendo que arrastar barco para chegar nas escolas, na comunidade Jaminawá. Importante trabalhar estes temas das mudanças climáticas nas aulas de geografia na escola*

*O que fizemos para manter nossas plantas na seca extrema? Nós aguamos elas. Tenho um motor bomba. Comprei uma mangueira e aquei as plantas. Vocês indígenas, que são muitos e trabalham junto em parceria, têm essa facilidade. Podem fazer roçados grandes e comprar bombas d'água.*

**Antônia Lucileide, professora, comunidade Massapê**

O desafio desta geração é, sem sombra de dúvidas, a adaptação aos eventos climáticos extremos. Se a geração anterior lutou pelo território, agora é o momento de pactuarmos estratégias para lidar com as cada vez mais frequentes enchentes e estiagens enfrentadas por nós em nossos territórios. Estes eventos, marcados também pelo aumento das temperaturas, têm impactado nossas vidas ano após ano. Hoje, há verões em que a macaxeira assa sozinha debaixo da terra. Se antes ficávamos no roçado até a hora do almoço, hoje em dia precisamos nos abrigar do calor antes do meio dia, e nossos pés, se descalços, podem queimar no chão do roçado. As enchentes de fevereiro/março de 2024 e a estiagem severa subsequente configuraram o evento climático mais intenso já registrado na memória local recente, superando as cheias de 2008, 2021, 2022 e 2023. Mais de 100 famílias deslocaram suas moradias para áreas de terra firme e mais de 200 foram diretamente impactadas. Os impactos se distribuíram de forma semelhante no Alto, Médio e Baixo Jordão e nas comunidades da Resex:

- Submersão prolongada de SAFs em áreas de várzea;
- Perda de espécies sensíveis (cupuaçu, abacate, coco, citros);

- Secamento inédito de igarapés e cacimbas;
- Mortandade de peixes;
- Assoreamento e desbarrancamento do rio;
- Contaminação e perda de poços



Imagem 2- Representação da alagação da aldeia elaborado por Janio Mateus Pereira Kaxinawá durante 1ª Oficina de 2025.

### *Estratégias comunitárias já em curso*

As comunidades e aldeias não permaneceram passivas diante dos eventos extremos. Foram identificadas respostas adaptativas espontâneas e organizadas:

#### **Deslocamento territorial planejado**

- Mudança de moradias para terra firme (até 200m do local original);
- Realocação de roçados, SAFs e criações animais;
- Busca por áreas com olhos d'água e solos arenosos adequados;

#### **Redesenho produtivo**

- Implantação de novos SAFs em cotas mais altas;
- Plantio de banana como barreira ecológica na linha máxima de inundação;
- Separação espacial entre criação animal (área baixa) e roçado (área alta);

### **Manejo ecológico como proteção**

- Reconhecimento da função da mata ciliar como infraestrutura natural de proteção;
- Debate sobre interrupção de roçados em áreas de beira de rio;

### **Irrigação emergencial na seca**

- Uso de motobombas e mangueiras para manutenção de cultivos;
- Organização coletiva para aquisição de equipamentos;

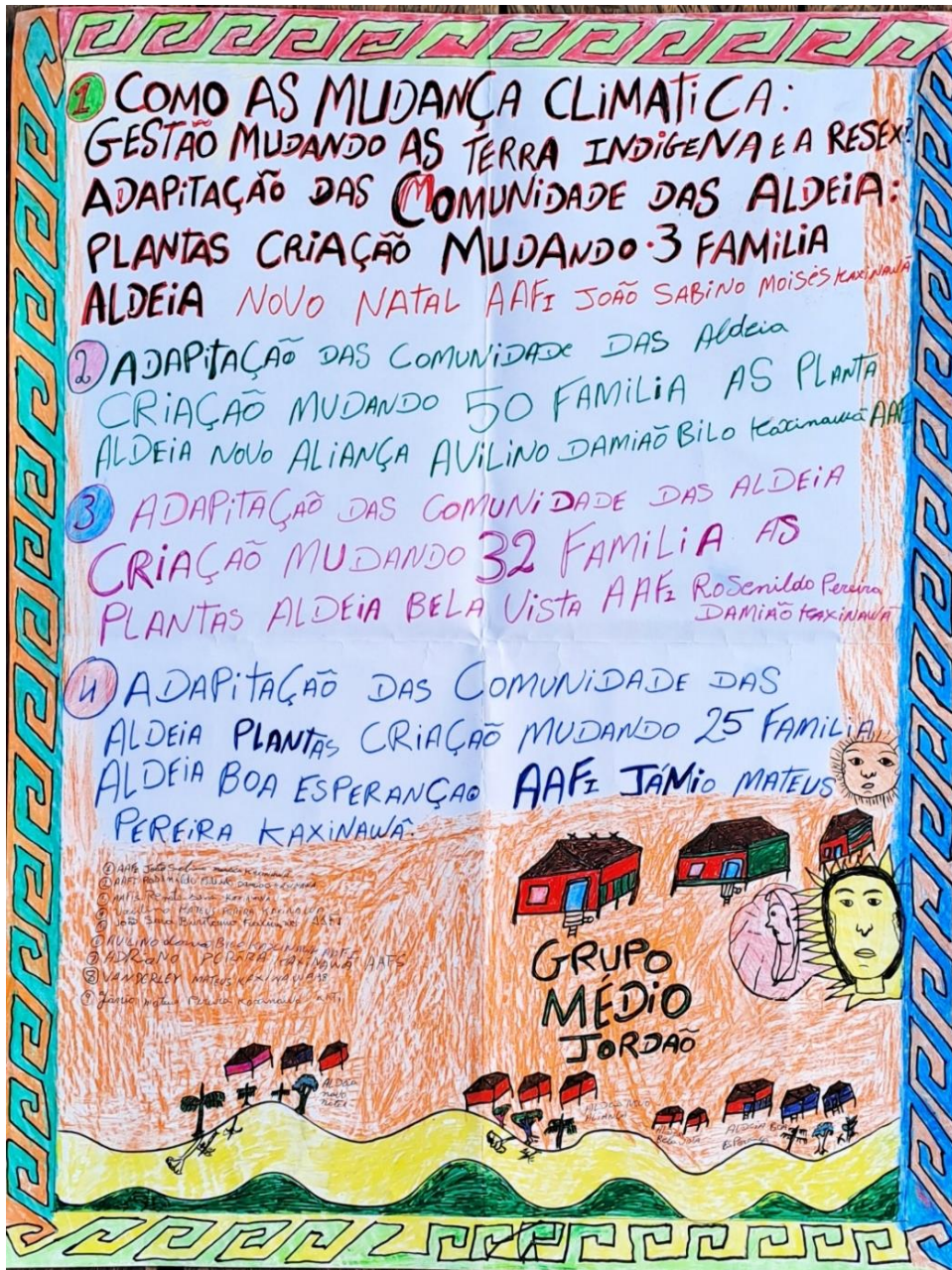


Imagem 3: Trabalho do grupo do médio Jordão sobre impactos dos eventos extremos nas aldeias durante 1ª Oficina de 2025.



acostumados a plantar nas praias, como o mundubim. O monitoramento serve para mapear nascentes e solos.

Há um componente muito importante: a formação de Agentes Agroflorestais Indígenas e moradores da Resex em geotecnologias para estes mapeamentos e monitoramento de invasão.



Imagem 5: Atividade em grupo durante a 1ª Oficina de 2025. Resgate de discussões sobre temas de Gestão Territorial Integrada

## Ações pactuadas

### Reavivamento e limpeza de limites territoriais

- Limpeza dos limites destas Terras Indígenas a ser realizado **em maio de 2026**.
- Reabertura e manutenção das picadas nas Terras Indígenas Kaxinawá do Baixo Rio Jordão e Seringal Independência com participação articulada entre aldeias e comunidade Boa Vista (Resex).
- Definição de calendário anual de monitoramento.

### **Formação em geotecnologias para monitoramento**

- Oficina para a formação contínua de AAFIs e jovens moradores da Resex em cartografia básica e uso de aplicativos geotecnológicos (Avenza, Timestamp, GPS).
- Mapeamento de nascentes, novos plantios, novas moradias e extensão das alagações.
- Integração entre AAFIs formados e jovens comunicadores indígenas.

### **Articulação institucional para fiscalização e governança**

- Reunião com ICMBio para tratar monitoramento comunitário, multas e reabertura de limites.
- Fortalecimento da participação indígena no Conselho Gestor da Resex.

### **Infraestrutura de monitoramento**

- Construção de casas de monitoramento estratégicas na Boca do Paraná e no Igarapé Jardim.
- Aquisição e manutenção de equipamentos (GPS, celulares, drones).



Foto 5: Análise dos mapas de Plantios Agroflorestais durante 1ª Oficina de 2025. (Auto: Felipe Araujo, janeiro-fevereiro de 2025)



*ser as privadas. Não pode ter uma privada acima do poço. E se você vai furar um poço acima da privada, ele vai dar mais dificuldade de você chegar na água, porque a terra ela é um filtro. Isso é só um alerta. Na própria hora que você vai furar um poço abaixo de uma privada, ele vai se contaminar. Isso foi uma observação minha a poucos dias que eu tirei baseado na cidade. Na cidade faz poço artesiano para todo canto, tem fosso para todo canto, nas ruas de cada um lado da rua tem fosso. Indo analisar a água da cidade, de qualquer jeito ela pode ser bem poluída, mesmo sendo poço artesiano, porque na própria hora que ela sai aqui em cima, mas ela vai cair no cano, né? Ai a gente pensa que tá bebendo aquela água, usando aquela água lá do fundo do poço.”*

**Nego Bras, agricultor, Comunidade Boa Vista**

O eixo de Saneamento Básico e Acesso à Água emerge é uma das dimensões mais sensíveis da gestão territorial integrada entre as Terras Indígenas do Jordão e a Resex Alto Tarauacá. Ele não se limita à infraestrutura, mas está diretamente relacionado à saúde coletiva, à organização territorial e à adaptação às mudanças climáticas. Nós estamos enfrentando um agravamento da escassez e da contaminação da água em função das enchentes e secas extremas. Comunidades na Resex e aldeias nas Terras Indígenas vêm perdendo cacimbas, experimentando o secamento de igarapés e aumento da distância entre moradias e fontes de água. As mulheres precisam fazer um esforço físico diário para transportar baldes pesados por longas distâncias, evidenciando o impacto diferenciado sobre o trabalho feminino. Ao mesmo tempo há o risco de contaminação de poços artesianos quando instalados sem critérios adequados de distanciamento de fossas, reforçando a necessidade de planejamento.

Também precisamos mencionar a poluição crescente dos rios, associada ao despejo de óleo queimado, resíduos sólidos e ausência de tratamento de esgoto no município. Nesse sentido, o saneamento é compreendido como questão territorial ampliada, que exige mobilização política, incidência institucional e educação ambiental.

O eixo, portanto, articula três dimensões complementares: infraestrutura de acesso à água segura; proteção ambiental das nascentes e matas ciliares; e fortalecimento da governança para exigir políticas públicas estruturantes.

### ***Ações pactuadas***

**Campanha de conscientização ambiental: substituição do óleo sujo (óleo queimado) pelo sebo de boi para lubrificação das buchas para motor de rabeta**

- Divulgar em redes sociais;
- E começar a usar...
- troca de experiências após 1 ano

- planejar campanha de conscientização ambiental sobre poluição do óleo queimado no rio Jordão

**Separar o lixo não orgânico do orgânico e levar para o município, separando pilhas e baterias.**

**Incidir no Conselho Municipal de Meio Ambiente sobre a sobrecarga do lixão do município e campanhas de conscientização ambiental sobre descarte e destinação do lixo**

## Capítulo 7: Mobilização Política

*Sobre a mobilização política: a política do indígena tem que vir primeiro. Só depois deve vir a política partidária. Entre as nossas questões em nossa política indígena estão a atuação dos AAFIs. Mas, por exemplo, na questão do lixo a política do indígena precisa da política partidária: precisamos de políticas públicas, e só os governos podem fazer política pública. A educação também é muito importante. Queremos fazer um ponto de cultura aqui na aldeia. Para isso precisamos reformar uma casa e comprar computador. Uma casa foi construída com recurso do Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas, feito pela ASKARJ, e ela precisa de reforma. Precisamos da formação dos AAFIs novatos e contamos com a AMAAIAC e a CPI-Acre para isso.*

**Isaka Kaxinawá, professor da aldeia São Joaquim**

É pela Mobilização Política que melhor conseguimos dialogar com os órgãos públicos do Estado brasileiro para reivindicar direitos básicos aos quais não temos acesso. Os desafios ambientais, produtivos e sanitários não podem ser enfrentados apenas no plano técnico e no campo das relações entre as comunidades. Há desafios que não se resolvem apenas com mobilização comunitária. Por exemplo, para atingir uma segurança alimentar não basta realizarmos intercâmbios de sementes comunitários entre as Terras Indígenas Huni Kuĩ do Jordão e a Resex Alto Tarauacá. É necessário também acessar políticas públicas voltadas para fomentar a segurança alimentar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos. O mesmo serve para o monitoramento territorial: não basta a vigilância comunitária, é preciso diálogo com Funai e ICMBio. O mesmo vale para ações em adaptação às mudanças climáticas e saneamento básico.

Além da mobilização política para provocar os órgãos públicos, também é necessário fortalecer a presença indígena no Conselho Gestor da Resex. Isto é uma forma de fortalece-lo e discutir nele estratégias para qualificar a governança compartilhada.

Há também a necessidade de fortalecer as associações indígenas recém-criadas no Jordão (Huni Kuĩ Daya e AHARJ), com regularização jurídica, formação em gestão financeira e ampliação da capacidade de representação política. A mobilização política de nossa Aliança deve preceder a política partidária, ainda que o acesso a políticas públicas (PNAE, PAA, saneamento, educação, etc.) dependa da interlocução com governos municipais, estaduais e federais.

A Mobilização Política mantém viva a nossa memória histórica da Aliança dos Povos da Floresta, evocada como referência ética e estratégica para a cooperação entre indígenas e moradores da Resex. O eixo, portanto, articula três frentes complementares: fortalecimento das organizações de base; qualificação da participação nos espaços formais

de governança; e incidência coordenada para garantir direitos territoriais, apoio à adaptação climática e acesso a políticas públicas.

### *Ações pactuadas*

#### **Fortalecimento do Conselho Gestor da Resex Alto Tarauacá com a participação das associações indígenas**

- Ampliação da participação das associações indígenas no Conselho.
- Formação de conselheiros sobre governança e atribuições institucionais.

#### **Consolidação das associações indígenas do Jordão**

- Regularização jurídica (CNPJ e contas bancárias).
- Formação de diretorias em gestão administrativa e financeira.
- Ampliação da capacidade de representação territorial.

#### **Incidência para acesso a políticas públicas**

- Mobilização conjunta para que os produtores indígenas e da Resex acessem o Programa Nacional de Alimentação Escolar e ao Programa de Aquisição de Alimentos. Nosso objetivo é gerar renda trazendo alimento de qualidade para as escolas presentes nas Terras Indígenas e na Resex, ao mesmo tempo em que incentivamos a produção agroecológica de alimentos.
- Articulação por políticas de saneamento básico e acesso à água.
- Incidência por melhorias na infraestrutura escolar e ampliação de vagas de professores.

# Capítulo Final: Implementação, Acompanhamento e Atualização do Plano

O capítulo final estabelece os mecanismos que garantirão a efetividade, continuidade e adaptação permanente do Plano de Gestão Territorial Integrada entre as Terras Indígenas do Jordão e a Resex Alto Tarauacá. A implementação do Plano fundamenta-se no protagonismo comunitário, na atuação articulada dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI), das lideranças e das associações indígenas e da Resex, com apoio técnico de organizações parceiras e interlocução com órgãos públicos competentes.

Este Plano mira atividades entre 2026 e 2030. Ele é um pacto entre Povos da Floresta, que dura para sempre. Mas, para termos certeza de que vamos conseguir realizar as atividades pactuadas, entendemos que delimitar um período nos possibilitará ter mais controle sobre sua execução.

A execução das ações pactuadas deverá seguir planejamento anual, com definição de responsabilidades e cronograma. O acompanhamento será realizado por meio de reuniões periódicas nas aldeias e comunidades e registros fotográficos das atividades. Produtos técnicos específicos como coordenadas geográficas serão compartilhadas com instituições parceiras e órgãos públicos competentes, no âmbito do monitoramento territorial, segurança alimentar e saneamento básico. O uso de geotecnologias constitui instrumento estratégico para qualificar informações e subsidiar decisões.

A atualização do Plano deverá ocorrer de forma participativa, preferencialmente a cada cinco anos, ou extraordinariamente diante de eventos relevantes — como mudanças no regime climático, alterações normativas ou novos contextos territoriais. Assim, o Plano se afirma como instrumento dinâmico de governança territorial, orientado pela autonomia dos povos, pela cooperação entre territórios contíguos e pela adaptação contínua às transformações socioambientais. Acima de tudo, este Plano de Gestão Territorial Integrada fortalece a Aliança dos Povos da Floresta!

## *Atividades pactuadas*

### **Planejamento e coordenação anual do Plano**

- Elaboração de cronograma anual com definição de responsáveis e metas.
- Realização de reuniões periódicas nas aldeias e comunidades da Resex para acompanhamento das ações.

- Consolidação de relatórios técnicos e comunitários.

### **Funcionamento do Conselho de Gestor da Reserva Extrativista do Alto Tarauacá**

- Incluir o monitoramento das ações pactuadas no Plano de Gestão Territorial Integrada nas reuniões ordinárias do Conselho.
- Articulação permanente com o Conselho Gestor da Resex para a execução das ações pactuadas.

### **Sistema de acompanhamento e registro**

- Produção de registros georreferenciados das ações (monitoramento, plantios, nascentes, infraestrutura).
- Produção de registros fotográficos e audiovisuais das ações.
- Articulação com organizações parceiras para a organização de banco de dados territorial compartilhado.
- Sistematização anual dos avanços, desafios e ajustes necessários.

### **Formação e fortalecimento institucional**

- Formação continuadas de lideranças, conselheiros e AAFIs.
- Formação em gestão administrativa e prestação de contas para associações.
- Incentivo à participação de jovens e mulheres nos espaços de governança.